



JUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA GOVERNANÇA GLOBAL SOB A ÉGIDE DO CAPITALISMO CLIMÁTICO

Autor(res)

Ana Maria Foguesatto

Diogo Ricardo Martins Balestra

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

Introdução

A crise climática contemporânea transcende a esfera ecológica, consolidando-se como uma crise civilizatória e distributiva que expõe as fragilidades do modelo de desenvolvimento hegemônico. No cenário atual, a transição para o capitalismo climático busca integrar a preservação ambiental à lógica de acumulação de capital, frequentemente ignorando as assimetrias socio-territoriais preexistentes. A relevância deste tema reside na necessidade de problematizar como as soluções de mercado para a emergência ambiental operam em territórios marginalizados, onde a degradação não é um acidente, mas um resultado sistêmico. Sob a ótica do Direito Ambiental Crítico, torna-se imperativo investigar como a governança climática global pode reproduzir estruturas coloniais de poder, penalizando grupos vulneráveis do Sul Global e aprofundando as desigualdades no acesso a um meio ambiente equilibrado e seguro para as presentes e futuras gerações.

Objetivo

O presente estudo tem como propósito analisar criticamente a relação entre o modelo do capitalismo climático e a produção de injustiças socioambientais. Busca-se identificar como os instrumentos de governança ambiental contemporâneos contribuem para a concentração de riscos em populações vulneráveis, avaliando o papel do Direito Ambiental Crítico na promoção da justiça climática.

Material e Métodos

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza teórica e abordagem qualitativa, pautada pelo caráter exploratório-descritivo. O procedimento técnico adotado consistiu em uma revisão bibliográfica e documental sistemática, fundamentada na análise de literatura acadêmica especializada no campo do Direito Ambiental e da Economia Política. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo para investigar as premissas da financeirização da natureza e suas consequências práticas na distribuição dos ônus ecológicos. A análise documental abrangeu textos de doutrinadores clássicos e contemporâneos da justiça ambiental, além de documentos internacionais sobre governança climática. O levantamento buscou desvelar as contradições inerentes às soluções de mercado, confrontando-as com os princípios da equidade e da proteção dos bens comuns, visando fundamentar uma crítica jurídica consistente ao modelo de desenvolvimento industrial-capitalista vigente.

Resultados e Discussão

Anais do VII Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2026. Anais [...].

Londrina Editora Científica, 2026. ISBN: 978-65-02-00295-7

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Os achados indicam que o capitalismo climático, ao mercantilizar a natureza por meio de mercados de carbono e ativos financeiros, falha em enfrentar as causas estruturais da crise ecológica. Observa-se que a distribuição dos riscos ambientais não é neutra, incidindo desproporcionalmente sobre grupos marginalizados. Conforme asseveramos (2009, p. 389), “a crescente escassez de recursos naturais e de que a desestabilização dos ecossistemas afetam de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas”. Essa assimetria revela o racismo ambiental estrutural, onde a neutralidade das normas jurídicas pode ocultar processos de exclusão. Segundo Almeida (2016, p. 7), as “normas tendem a impactar de forma distinta diferentes grupos sociais e raciais, porque a almejada neutralidade e a mera garantia de igualdade jurídico-formal per se não são sempre aptas a afastar disparidades”. Assim, a justiça climática exige a superação da lógica puramente mercantil.

Conclusão

Conclui-se que a crise climática é indissociável das estruturas de poder que priorizam o lucro sobre a vida. O modelo de capitalismo climático rearranja a acumulação de capital sem alterar o metabolismo social predatório, mantendo zonas de sacrifício no Sul Global. A efetiva justiça socioambiental demanda um Direito Ambiental Crítico que promova a democratização dos processos decisórios e a reparação das dívidas ecológicas, garantindo a dignidade humana frente à emergência ambiental.

Referências

- ALMEIDA, D. S. Justiça ambiental e racismo ambiental no Brasil. 2016. Monografia (Bacharelado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- IORIS, A. A. R. O Que é Justiça Ambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XII, n. 2, p. 389-392, jul.-dez. 2009.
- ISAGUIRRE-TORRES, K. R.; MASO, T. F. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, p. 458-485, 2023.
- ZANGALLI JR, P. C. O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital: Governança do clima e sujeitos sociais. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2018.